

(As definições de José Sarney

19 JUN 1985

por Walter Marques
de Brasília

O presidente José Sarney viveu ontem talvez o seu melhor momento desde que assumiu a chefia do governo nas condições dramáticas do falecimento do presidente Tancredo Neves. Foi um dia de definições em relação a um dos mais difíceis problemas internos herdados do governo anterior: o reajuste das prestações dos mutuários do BNH. Foi também um dia em que ele pôde demonstrar como, a um político hábil, é possível enfrentar pressões e, sem atendê-las prontamente, criar-lhes um leito propício ao entendimento.

A mesma platéia, composta por cerca de 2 mil prefeitos da frente municipalista, que no ano passado vaiou o ex-presidente João Figueiredo, aplaudiu ontem efusivamente o presidente José Sarney. Os prefeitos desejam que o governo federal transfira ainda neste ano Cr\$ 18,8 trilhões aos cofres municipais, mediante uma reforma tributária de emergência. Sarney não lhes disse não, como dissera Figueiredo. Também não disse sim. Habilmente, anunciou a criação de uma comissão paritária governo-frente municipalista para que busquem juntos a solução no prazo de 30 dias. E os aplausos ecoaram no salão de recepções do Palácio do Planalto.

O locutor oficial da Presidência da República, lembrando-se de vaia a Figueiredo, apreensivo, já se havia preparado para entrar em cena e dizer aos prefeitos que os tempos mudaram. Mas não foi necessário. Tudo se passou como uma reunião entre amigos quando do alto do mezanino José Sarney disse aos 2 mil prefeitos que o ouviam atentamente: "Encontrei um caos econômico. Tenho hoje de lidar com um déficit de cerca de Cr\$ 105 trilhões. As nossas responsabilidades são maiores do que as nossas disponibilidades. Temos os mesmos problemas, os senhores e o presidente da República. Os senhores já foram muito enganados. Eu não quero ser mais um presidente a enganar os prefeitos do Brasil".

Os prefeitos ficaram ainda mais satisfeitos quando

Sarney lhes disse que a sorte de todos os que governam o País está na credibilidade e na capacidade de dizer a verdade sobre aquilo que pode e não pode ser feito e anunciou a criação de uma comissão formada pelo governo e pelos prefeitos para "estudarmos e resolvermos, de uma vez por todas, os problemas que os senhores reivindicam da emergência". Ele prometeu ainda que esta comissão tratará, além da questão tributária, "de todas as outras reivindicações que, no momento, de maneira emergente, precisam ser tratadas a nível de mu-

nicipio e de governo federal".

A maneira hábil e firme com que José Sarney respondeu às aspirações dos prefeitos mostra que seu governo começa a decolar do terreno das indefinições. Outro indício dessa mudança foi a reunião que ele teve ontem pela manhã com o Conselho Político do Governo. Nela ele definiu os critérios para o reajuste das prestações do BNH, que poderá ser anunciado hoje, segundo seu porta-voz Fernando César Mesquita.

O reajuste, segundo informou o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL, te-

rá como referência o índice do INPC. O objetivo é repor as perdas sofridas pelos mutuários nos últimos anos, instituir o princípio da equivalência salarial — observando-se as decisões da Justiça sobre o assunto —, respeitar os contratos e oferecer aos mutuários índices mais vantajosos no reajuste semestral das prestações.

Finalmente, na reunião do Conselho Político, José Sarney decidiu que até o dia 30 de junho enviará ao Congresso Nacional a mensagem da convocação da Assembléia Nacional Constituinte.